

**Senado Federal**  
**Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa**

# **A possível Reforma da Previdência e o seu enfrentamento**

**Brasília, 11 de outubro de 2018**

**Luiz Alberto dos Santos**

Consultor Legislativo do Senado Federal  
Advogado, Mestre em Administração, Doutor em Ciências Sociais  
Professor da EBAPE/FGV e FGV Management  
Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social - SBPS

# Reforma da Previdência: temas em discussão

- PEC 287/2016: o voo da galinha
- Questões pendentes
  - Idade mínima
    - No RGPS
      - Aposentadoria por TC x aposentadoria por idade
      - Rurais x Urbanos
    - Nos RPPS
  - Unificação dos regimes previdenciários
  - Regime de capitalização (misto ou puro)
    - Regime de benefício definido – piso e teto
  - Regras para aposentadoria dos policiais
  - Regime militar separado



# Alternativas de modelos previdenciários

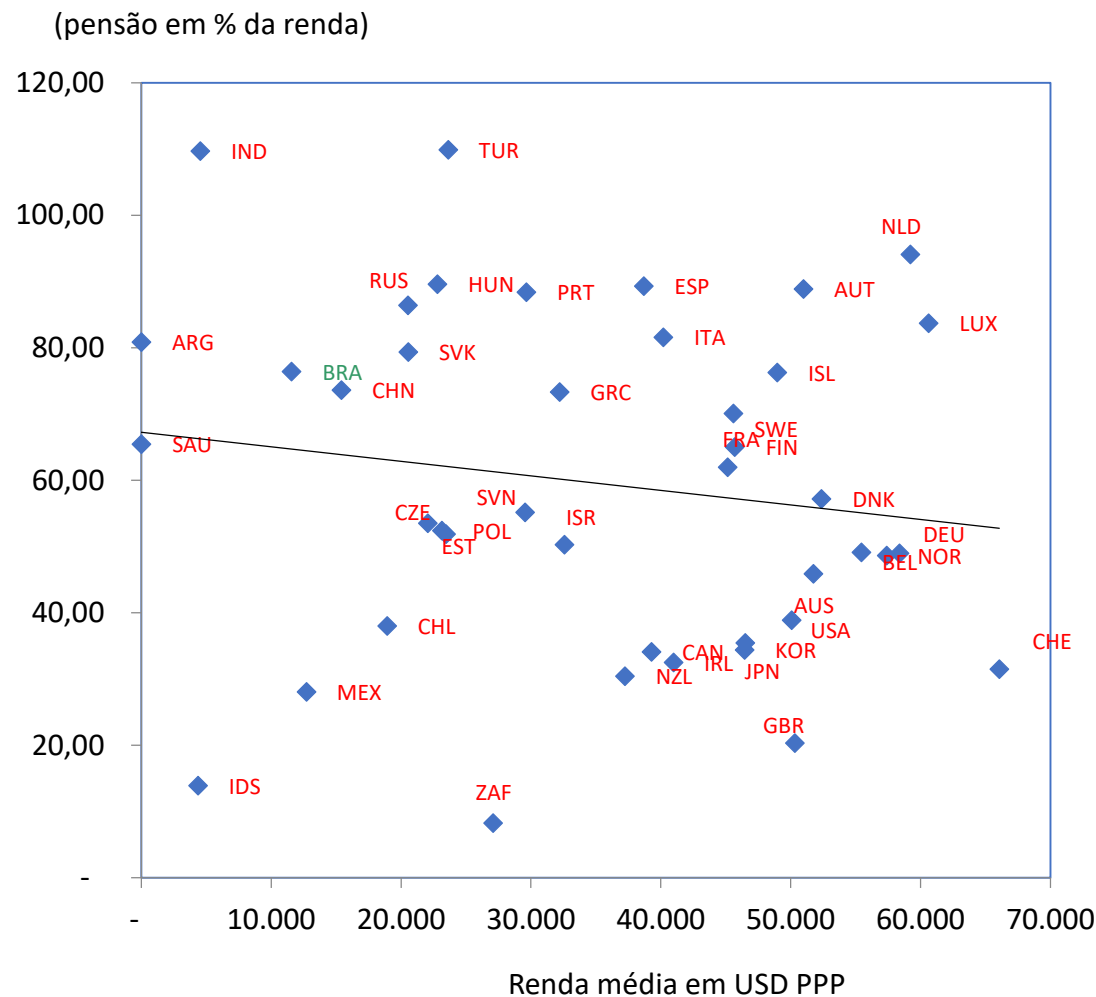


- Repartição (*pay-as-you-go*)
  - Benefício definido
  - Benefícios pagos por receitas correntes, reservas acumuladas e tributos gerais (Tesouro)
  - Despesas crescentes levam a aumentos de contribuição/carga tributária/deficits
  - Garantia de taxa de reposição
  - Menor incentivo à formalização e poupança
  - Maior exposição a crises fiscais
- Contas Nacionais
  - **Mimetização de regimes de contribuição definida (planos nacionais de contribuição definida)**
  - Benefícios pagos pelas receitas correntes e reservas acumuladas individualmente (conta nacional)
  - **Capitalização virtual**
  - Maior previsibilidade do gasto
  - Neutralidade atuarial
  - Maior incentivo à formalização e contribuição
  - Adequação entre receitas e despesas

- *Capitalização plena*
  - Contribuição definida
  - Neutralidade atuarial
  - Benefícios pagos por reservas acumuladas individualmente, que dependem do seu rendimento efetivo
  - Maior incentivo à poupança e capacidade de alavancagem na economia
  - Exige contribuições menores
  - Redução da responsabilidade estatal
  - Alta dependência de taxas de juros/retorno de investimentos no longo prazo
  - Maior exposição do segurado ao risco
  - Maior incerteza quanto à reposição da renda
  - Maiores custos de transação e necessidades de regulação e fiscalização
- *Regimes mistos*
  - Em geral, **benefício básico de subsistência assegurado pelo Estado**, em regime de BD
  - **Combinação de regimes de repartição e capitalização**
  - **Componentes compulsórios e voluntários**
  - Alguns países preveem **obrigatoriedade de empregadores oferecerem previdência complementar a empregados** (cobrindo a quase totalidade da força de trabalho – e.g. Suécia, Dinamarca, Holanda)

# Taxas de Reposição da Renda

Para trabalhadores com renda de 1,5x a média



Fonte: [OECD, Pensions at a glance 2015 e Pensions at a Gance 2017.](#)

	Percentual dos ganhos totais																	
	Público Obrigatório			Privado Obrigatório (DB & DC)			Total obrigatório			Voluntário (DB & DC)			Total com voluntário					
	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5	0,5	1	1,5			
Australia	50,7	0,1	0,0	32,1	32,1	32,1	82,8	32,2	32,1				82,8	32,2	32,1			
Austria	78,4	78,4	78,4				78,4	78,4	78,4				78,4					
Belgium	47,7	46,7	36,4				47,7	46,7	36,4				14,2	14,2	11,1	61,8	60,8	47,5
Canada	54,1	41,0	28,5				54,1	41,0	28,5				34,2	34,2	44,2	82,9	75,2	72,6
Chile	5,8	0,0	0,0	33,4	33,5	33,6	39,1	33,5	33,6				39,1	33,5	33,6			
Czech Republic	74,1	45,8	36,4				74,1	45,8	36,4							74,1	45,8	36,4
Denmark	45,9	14,8	9,9				77,6	71,6	69,6				123,4	86,4	79,5	123,4	86,4	79,5
Estonia	41,4	29,1	25,0				20,6	20,6	20,6				62,0	49,7	45,6	62,0	49,7	45,6
Finland	56,6	56,6	56,6				56,6	56,6	56,6				56,6	56,6	56,6			
France	60,5	60,5	54,8				60,5	60,5	54,8							60,5	60,5	54,8
Germany	38,2	38,2	38,2				38,2	38,2	38,2				12,7	12,7	12,7	50,9	50,9	50,9
Greece	67,4	53,7	49,2				67,4	53,7	49,2							67,4	53,7	49,2
Hungary	58,7	58,7	58,7	65,8	65,8	65,8	58,7	58,7	58,7				58,7	58,7	58,7			
Iceland	11,8	3,2	2,1				77,6	69,0	67,9							77,6	69,0	67,9
Ireland	68,2	34,1	22,7				68,2	34,1	22,7				38,0	38,0	38,0	106,2	72,1	60,7
Israel	38,7	19,4	12,9				60,7	48,5	32,3				99,4	67,8	45,2	99,4	67,8	45,2
Italy	83,1	83,1	83,1				83,1	83,1	83,1				83,1	83,1	83,1			
Japan	47,8	34,6	30,2				47,8	34,6	30,2				23,1	23,1	23,1	71,0	57,7	53,3
Korea	58,5	39,3	28,7				58,5	39,3	28,7							58,5	39,3	28,7
Latvia	47,5	47,5	47,5				47,5	47,5	47,5							47,5	47,5	47,5
Luxembourg	89,5	76,7	72,5	22,4	22,4	22,4	89,5	76,7	72,5				89,5	76,7	72,5			
Mexico	12,2	4,0	2,7				34,7	26,4	25,1							34,7	26,4	25,1
Netherlands	57,4	28,7	19,1				40,7	68,2	77,3				98,1	96,9	96,5	98,1	96,9	96,5
New Zealand	80,0	40,0	26,7										80,0	40,0	26,7	18,8	18,8	18,8
Norway	58,8	39,2	30,2	4,8	5,9	6,3	63,6	45,1	36,5				63,6	45,1	36,5			
Poland	31,6	31,6	31,6				31,6	31,6	31,6							31,6	31,6	31,6
Portugal	75,5	74,0	72,6				75,5	74,0	72,6							75,5	74,0	72,6
Slovak Republic	47,5	39,6	37,4				24,8	24,8	24,8				72,3	64,3	62,2	72,3	64,3	62,2
Slovenia	44,0	38,1	36,3				44,0	38,1	36,3				44,0	38,1	36,3			
Spain	72,3	72,3	72,3				72,3	72,3	72,3							72,3	72,3	72,3
Sweden	36,6	36,6	27,6				19,2	19,2	36,9				55,8	55,8	64,5	55,8	55,8	64,5
Switzerland	36,7	24,2	16,5				19,2	17,9	12,0				56,0	42,1	28,5	56,0	42,1	28,5
Turkey	69,9	69,9	69,9				69,9	69,9	69,9				69,9	69,9	69,9			
United Kingdom	44,3	22,1	14,8				44,3	22,1	14,8				30,0	30,0	30,0	74,3	52,2	44,8
United States	48,3	38,3	31,7				48,3	38,3	31,7				33,0	33,0	33,0	81,3	71,3	64,7
OECD	52,6	40,6	36,0				64,6	52,9	48,4							70,3	58,7	54,4
Argentina	81,7	71,6	68,2				81,7	71,6	68,2				81,7	71,6	68,2			
Brazil	85,0	69,5	69,5				85,0	69,5	69,5							85,0	69,5	69,5
China	96,0	76,0	69,4				96,0	76,0	69,4							96,0	76,0	69,4
India	87,4	87,4	87,4				87,4	87,4	87,4							87,4	87,4	87,4
Indonesia	34,3	34,3	34,3	27,9	27,9	27,9	62,1	62,1	62,1				62,1	62,1	62,1			
Russian Federation	28,2	15,8	11,2				46,1	33,7	29,1							46,1	33,7	29,1
Saudi Arabia	59,6	59,6	59,6				59,6	59,6	59,6							59,6	59,6	59,6
South Africa	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0				48,8	48,8	48,8	48,8	48,8	48,8
EU28	54,9	45,9	42,2				69,6	58,3	54,5				73,0	61,7	57,8			

DB=benefício definido; DC =contribuição definida

Source : OECD pension models.

# O caso Chileno



- Privatizado em 1981 – Administradoras de Fundos de Pensão
- Extinção do regime de repartição
- Contribuições mais baixas (27% → 17%)
- Benefícios econômicos: redução do déficit público, alavancagem do investimento privado em infraestrutura, imóveis e bens de capital . Distorção: 41% do capital investido no Exterior.
- Efeitos para os segurados:
  - Baixo índice de cobertura
  - Taxas de reposição de renda reduzidas
  - Vulnerabilidade a crises e desemprego
  - Aumento na longevidade
  - Desassistência na velhice (aposentadoria aos 60/65 anos)
- **Falta de um pilar público básico: Reestatização parcial em 2008** e criação do Pilar Solidário para complementar os benefícios de 60% dos aposentados com renda familiar per capita de até 193 000 pesos (R\$ 1.130).
- 2014: Comissão Bravo: **metade dos aposentados recebia benefícios iguais ou inferiores a 1/3 do salário mínimo do País**
- Debate eleitoral em 2017: como melhorar o valor das aposentadorias (Pilar Solidário) e ampliar as responsabilidades de custeio dos empregadores
- **Aumento da taxa de suicídio entre idosos: efeito do empobrecimento na velhice, baixas pensões e falta de meios para vida digna**

# O Modelo Sueco: capitalização virtual/nocional



- 1994/1998: introdução do sistema de contas virtuais (capitalização nocional)
- Sistema composto de 3 “camadas” de benefício:
  - pensão garantida, proporcional, para baixa renda (a partir dos 65 anos de idade, 40 de residência)
  - benefícios básico (repartição/nocional) a partir dos 61 anos + “premium” (capitalização plena)
  - previdência complementar ocupacional (definida em acordo coletivo, obrigatória)
- Regime público (básico) baseado em **contas individuais virtuais** com base na renda de toda a vida, contabilizadas e capitalizadas escrituralmente
  - Aplicação plena apenas para indivíduos nascidos a partir de 1954
  - Contribuições totais (empregado e empregador): 16% para benefício básico e 2,5% para “premium”
  - Benefícios reajustados com base no crescimento do salário real e não na inflação passada
  - “Buffer funds” baseados em superávits fiscais passados criados para cobertura de eventuais déficits
  - Benefício calculado com base em expectativa de sobrevida na data da implementação dos direitos (65 anos). Incentivo ao adiamento da aposentadoria.
- **Capitalização “premium”**: escolha de até 5 fundos para aplicação da reserva individual, entre 850 oferecidos.
- Implementação de sistema mandatório privado de previdência complementar em regime CD para empregados, com idade mínima de 61 anos para gozo – cobertura de 90% dos trabalhadores

# O Modelo Sueco: capitalização virtual/nocional



- Problemas:

- Taxa elevada de longevidade afeta fortemente indivíduos com mais de 75 anos.
- Vulnerabilidade a crises: 21% de perda do valor das reservas em 2008 levou a redução de 3,8% no valor dos benefícios
- Altos custos administrativos (com redução dos benefícios), má-gestão dos recursos e fraudes, fragmentação dos investimentos
- Dificuldade de assegurar educação financeira para segurados de forma a melhorar qualidade da decisão sobre investimentos
- Aumento discretos da pobreza e redução da taxa de reposição da renda na velhice desde 2008
- Desigualdade de gêneros: taxas de reposição acima de 65 anos de homens 59% e mulheres 51%



# Brasil: Previdência, Seguridade e Seguro



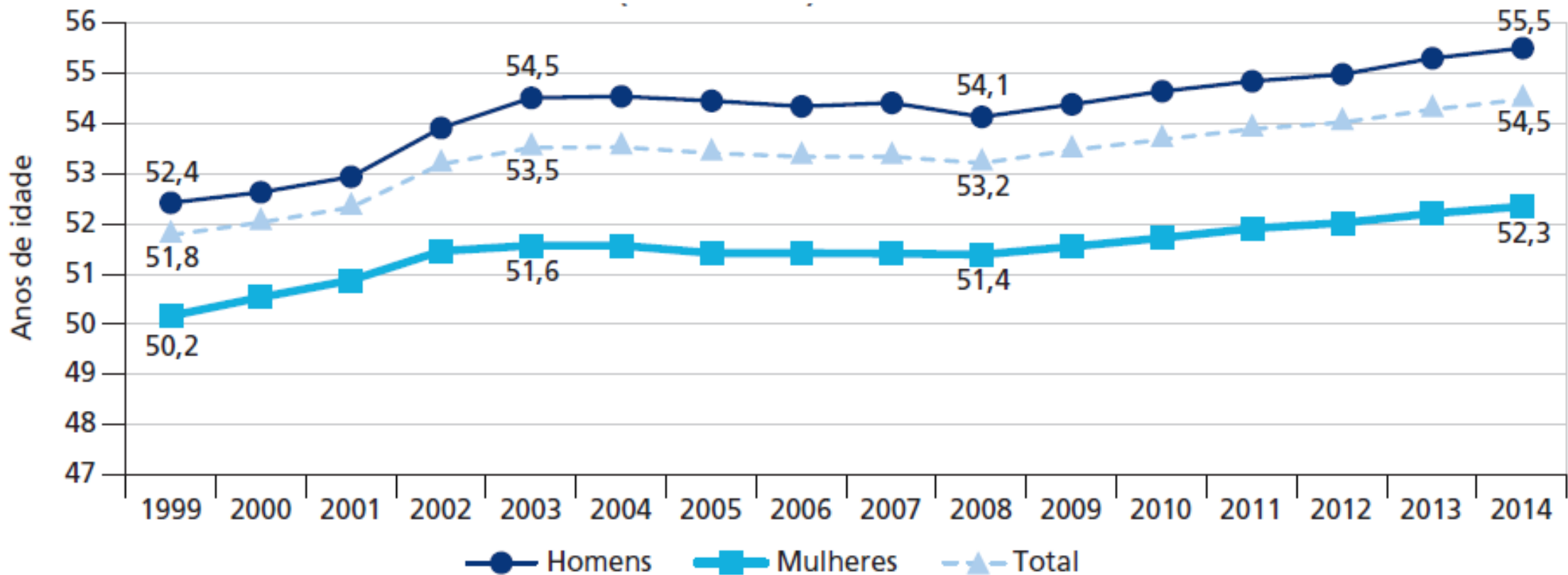
- A previdência social se caracteriza principalmente por ser uma modalidade especial de seguro.
- É um seguro social obrigatório: todo o trabalhador tem que ser segurado da previdência social.
- A filiação é automática para todos os que exercem uma atividade remunerada (empregados, empregadores, autônomos, etc)
- É também uma poupança coletiva, baseada na solidariedade: o que cada um contribui hoje custeia os benefícios atuais e futuros.
- A solidariedade divide o ônus por toda a sociedade: um número muito grande de pessoas economiza em conjunto, para pagar os benefícios dos que se aposentam ou morrem deixando pensão ou gozam dos demais benefícios previdenciários.
- Empregadores contribuem sobre a folha ou faturamento.
- Trabalhadores contribuem até o teto do RGPS (R\$ 5.645,80)
- Contribuições previdenciárias só podem ser usadas para pagar benefícios previdenciários
- OGU é responsável pela cobertura dos eventuais “deficits”
- Forte subsídio cruzado entre URBANO e RURAL e para aposentadorias por idade/invalidez

# Previdência e Redistribuição de Renda

- **Brasil – anos 1990: 4º pior país do mundo em distribuição de renda – 2012: 14º**
- **2016: 52 milhões de habitantes (22%) abaixo da linha da miséria (vivem com menos de R\$ 134 por mês)**
- A Previdência é o maior programa de distribuição de renda do mundo: mais de 30 milhões de benefícios mensais pagos pelo INSS;
- É uma forma de proteção social e amparo, especialmente para os idosos;
- Independentemente do valor da contribuição, nenhum benefício pode ser inferior ao valor do salário mínimo. RGPS: **22,54 milhões de benefícios no valor de 1 SM (maio de 2018)**
- As contribuições dos que ganham mais ajudam a pagar os benefícios dos que ganham menos.
- A Previdência redistribui a renda no país, isto é, transfere recursos para pessoas e regiões mais necessitadas.
- Na maioria dos Estados o produto das contribuições não basta para as despesas com os benefícios e a diferença é coberta pelo saldo dos Estados onde a receita é maior que a despesa.

# Resultados do Fator Previdenciário

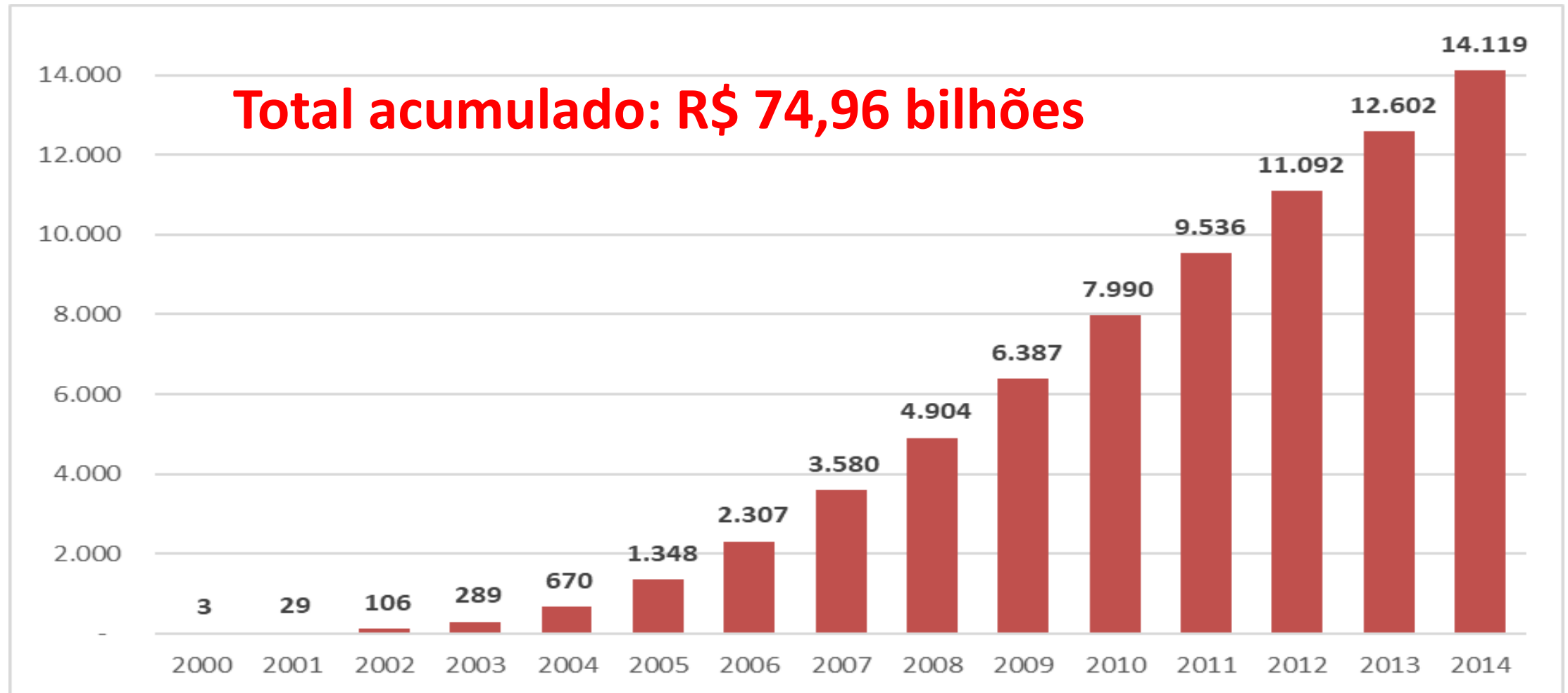
## Idade média das ATCs do RGPS (1999-2014)



Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Fazenda (MF).

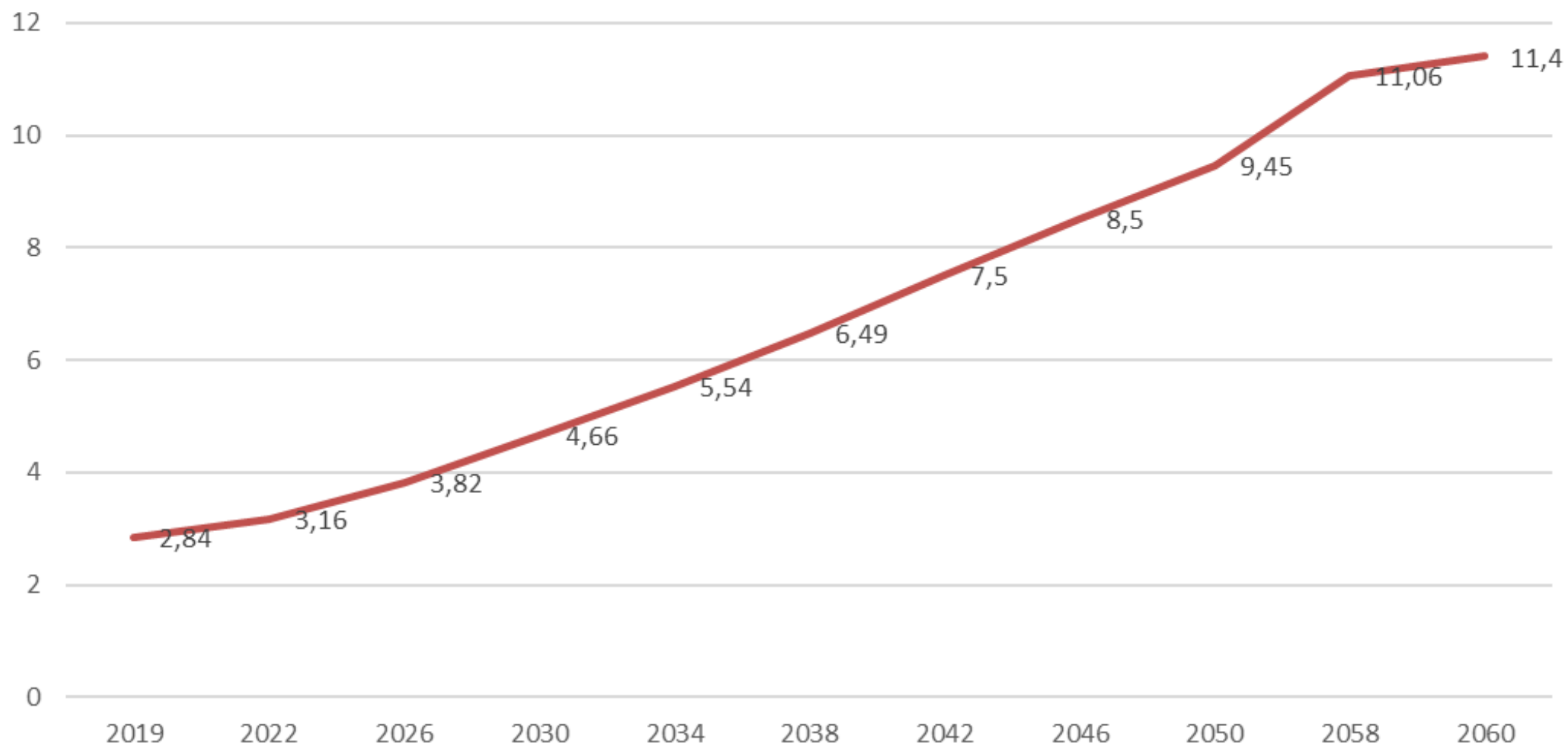
# Economia com o Fator Previdenciário

Redução das despesas do RGPS devido ao fator previdenciário (2000-2014) (em milhões de R\$)



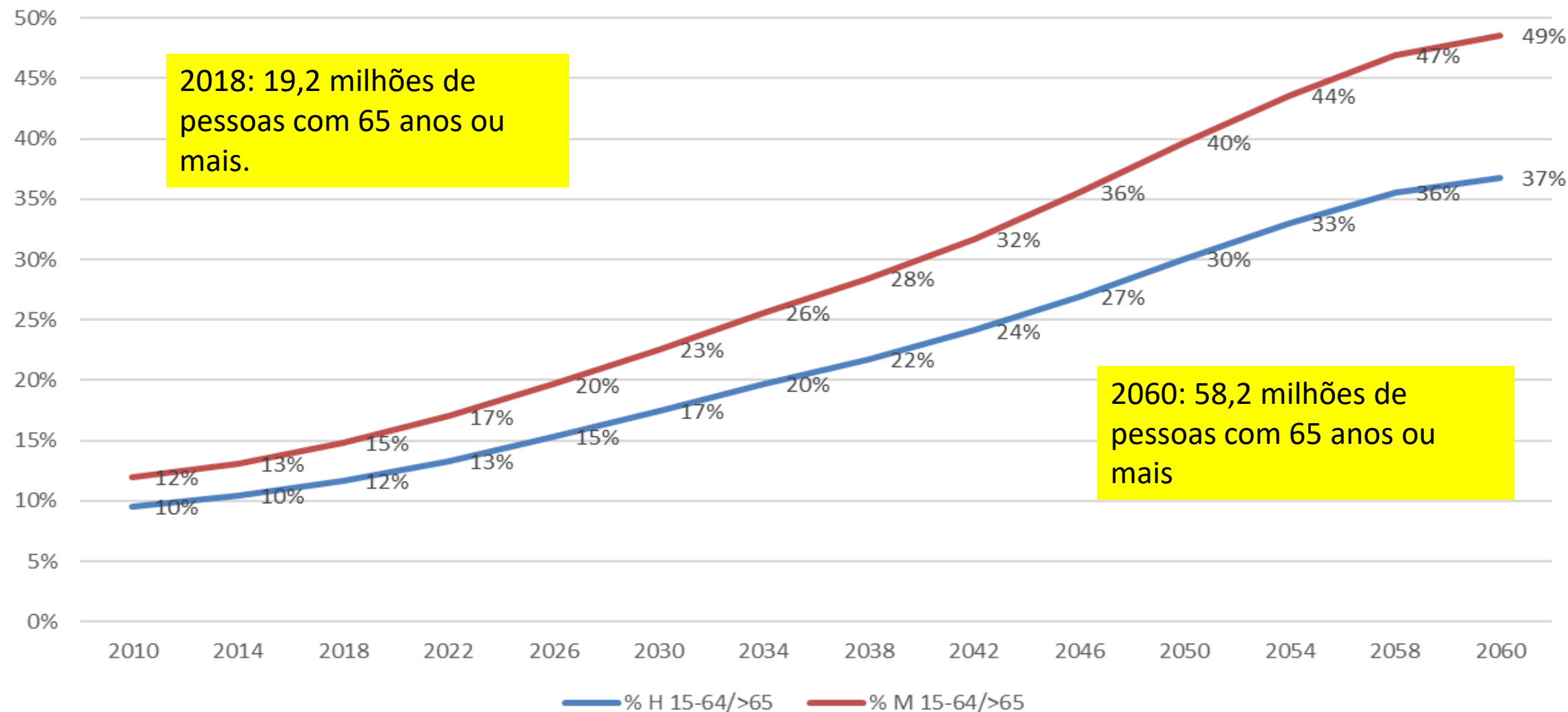
Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Social do MF. (Em R\$ milhões de janeiro de 2015 - Deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)).

## RGPS - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO EM % DO PIB 2019-2060



FONTE: SEC. PREVIDENCIA-MF, PLDO 2019 – ANEXO V.6

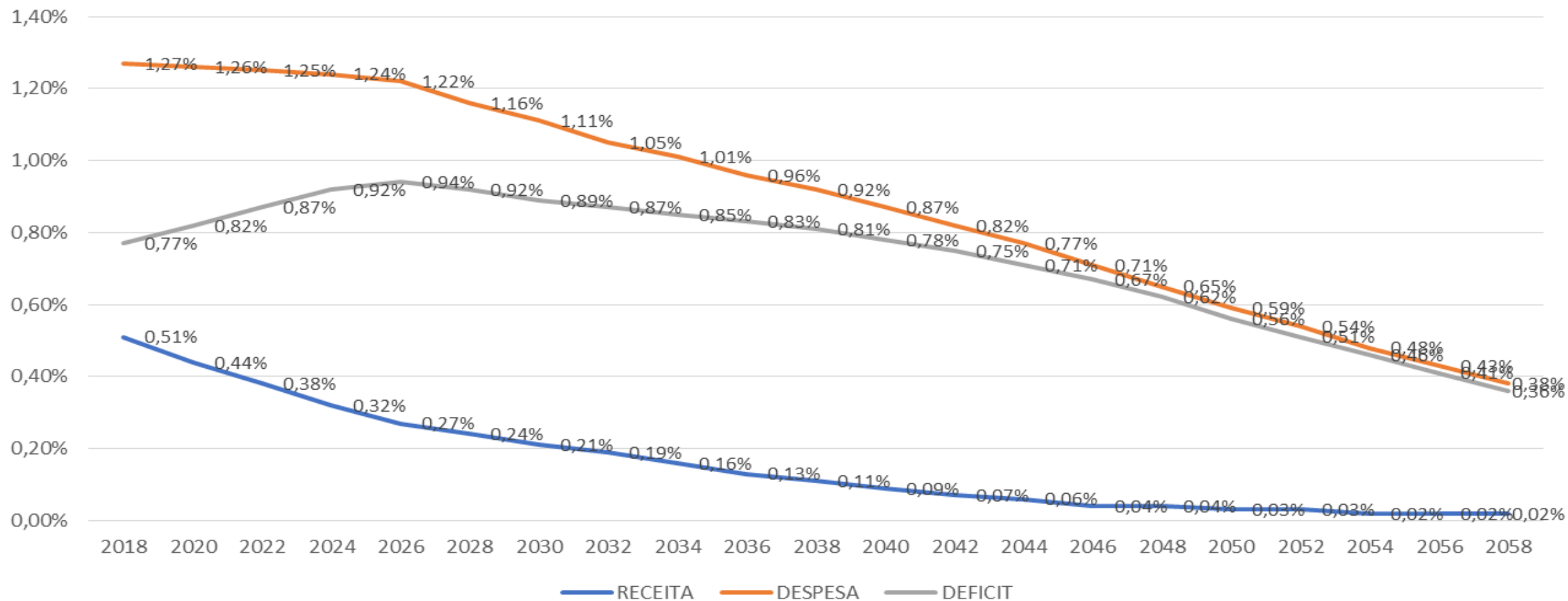
## % DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO COM 14 A 64 ANOS



# A situação atual dos RPPS

- Necessidades de financiamento elevadas, mas decrescentes nos RPPs civis no longo prazo
- União: Militares ainda não contribuem para custeio das suas aposentadorias (reformas), apenas para pensões, com alíquota reduzida
- Governança dos RPPS apresenta deficiências
  - Fraudes, desvio de recursos
  - Falta de transparência
  - Apropriação dos “superavits”
- Situação de transição: implantação dos Regimes Complementares **iniciada em 2013**

## RPPS - RECEITA X DESPESA X DEFICIT EM % DO PIB



FONTE: ANEXO IV.7 PLOA 2019. MF/SP. Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da União, Dados de dezembro de 2017.





# Propostas sobre a Mesa

Fonte: SABATINA GLOBONEWS (XP INVESTIMENTOS);

**SABATINA UNAFISCO 02.08.18;**

PLANOS DE GOVERNO APRESENTADOS EM AGOSTO DE 2018



CANDIDATO	IDADE MÍNIMA	REGIME REPARTIÇÃO	REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	COMBATE A "PRIVILEGIOS"
CIRO	X	X	X	X
MARINA	X	X	X	X
HADDAD	X (diferenciada)	X		X
ALVARO			X	
MEIRELLES	X	X		X
ALKMIN	X		X	X
AMOEDO	X			X
BOLSONARO	X		X	X

# Regime misto: Efeitos e custos Fiscais

REMUNERAÇÃO: TETO RGPS (R\$ 5.645)			
	RGPS ATUAL	REGIME MISTO	
	RGPS	RGPS (teto 1 SM)	CAPITALIZAÇÃO
ALIQ EMPREGADO	11%	8%	8,50%
ALIQ EMPREGADOR	20%	20%	8,50%
BASE EMPREGADO	5.645,00	957,00	4.688,00
BASE EMPREGADOR	5.645,00	957,00	4.688,00
CONTRIB EMPREGADO	620,95	76,56	398,48
CONTRIB EMPREGADOR	1.129,00	191,40	398,48
CONTRIB TOTAL	1.749,95	1.064,92	

REMUNERAÇÃO: R\$ 10.000,00			
	RGPS ATUAL	REGIME MISTO	
	RGPS	RGPS (teto 1 SM)	CAPITALIZAÇÃO
ALIQ EMPREGADO	11%	8%	8,50%
ALIQ EMPREGADOR	20%	20%	8,50%
BASE EMPREGADO	5.645,00	957,00	9.043,00
BASE EMPREGADOR	10.000,00	957,00	9.043,00
CONTRIB EMPREGADO	620,95	76,56	768,66
CONTRIB EMPREGADOR	2.000,00	191,40	768,66
CONTRIB TOTAL	2.620,95	1.805,27	

## Adoção de regime misto implica

- Redução do teto de contribuição para o RGPS
- Aliquotas menores para regime de capitalização
- Regime CD para benefício complementar

## Efeitos

- Renúncia de receita sobre a folha
- Redução de carga tributária para empregador
- Redução ou eliminação da “solidariedade”
- Aumento da parcela gerida por regimes privados ou semi-privados de previdência

# Jair Bolsonaro

- Favorável à reforma, mas feita por partes, aos poucos, para ter viabilidade de ser aprovada pelo Congresso. Defendeu privilégios das aposentadorias de militares
- “Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, **do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país.** E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo. **A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização.** Novos participantes **terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas.**

Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isto será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo.”

# Fernando Haddad



- Nosso compromisso primordial **para assegurar a sustentabilidade econômica do sistema previdenciário é manter sua integração**, como definida na Constituição Federal, com a Seguridade Social. Rejeitamos os postulados das reformas neoliberais da Previdência Social, em que a garantia dos direitos das futuras gerações é apresentada como um interesse oposto aos direitos da classe trabalhadora e do povo mais pobre no momento presente.

Já mostramos que é possível o equilíbrio das contas da Previdência a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação. Esse caminho será novamente buscado, ao mesmo tempo em que serão adotadas medidas para **combater, na ponta dos gastos, privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira**. Ademais, o governo buscará a convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios com o regime geral.

**Fernando Haddad (Evento Banco Pactual):** “**Tratar dos regimes próprios em primeiro lugar**. O problema mais urgente, que vai contar com o apoio de prefeitos e governadores e dos próprios servidores que não estão recebendo os seus salários. Uma agenda que interessa a todos, que afeta a vida de 7 ou 8 milhões de brasileiros e não de 120 milhões como as reformas do Governo Temer. É uma agenda exequível do ponto de vista político, sensata do ponto de vista social e que dá sustentabilidade ao nosso Programa de Governo.”



## Proposta dos presidenciáveis para a Previdência



**Fernando Haddad (PT)**

O candidato defende que é preciso fazer uma reforma da Previdência, mas sem prejudicar os trabalhadores mais pobres. Segundo Haddad, não é possível tratar igual quem é diferente. Ele não excluiu a possibilidade de implementar a idade mínima, desde que os mais vulneráveis fiquem de fora, já que a expectativa de vida dos brasileiros é diferenciada em relação à região e à renda. Mesmo assim, o plano de governo do candidato não expõe nenhuma intenção de mudar as regras previdenciárias. Nesta etapa da campanha em que precisará convencer o eleitorado de centro de que tem condições de equilibrar as contas públicas, enfrentará resistência de parte do partido.



**Jair Bolsonaro (PSL)**

A proposta preferida do mercado é a do candidato. Apesar de ainda não estar bem definida, a intenção é mudar o modelo de Previdência tradicional, por repartição, para o de capitalização. Quer implementar um sistema de contas individuais para cada contribuinte, como uma espécie de poupança. "Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas", revela o plano de governo. Pretende criar um fundo para reforçar o financiamento da Previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo. A proposta também estabelecerá idade mínima e período de transição.



**Salário mínimo**  
**R\$ 954**

**Dólar**  
Na segunda-feira  
**R\$ 3,765**  
(▼ 2,33%)

Últimas cotações (em R\$)

1º/outubro	4,020
2º/outubro	3,934
3º/outubro	3,891
4º/outubro	3,896
5º/outubro	3,855

**Euro**  
Comercial, venda  
na segunda-feira  
**R\$ 4,318**

**Capital de giro**  
Na segunda-feira  
**20,21%**

**CDB**  
Prefixado  
30 dias (2o ano)  
**6,11%**

**Inflação**  
(IPCA do IBGE em %)

Maio/2018	0,40
Junho/2018	1,26
Julho/2018	0,33
Agosto/2018	0,09
Setembro/2018	0,48



O ajuste das contas públicas, a retomada da confiança dos investidores e do crescimento passam pela mudança nas regras da aposentadoria. Para especialistas, os dois candidatos precisam incluir no debate propostas claras e sérias sobre o tema

# Eleito não terá como fugir da reforma previdenciária

HAMILTON FERRARI  
VERA BATISTA

Considerada a "mãe de todas as reformas" e a capaz de retomar a confiança na economia do país, as mudanças nas regras previdenciárias não deverão ser esquecidas no segundo turno das eleições presidenciais. Pelo contrário, com a tendência de buscar

porém, um texto ainda mais duro, com efeitos que serão sentidos nas contas públicas mais cedo. Em entrevista à RedeTV News, em janeiro, o candidato do PSL afirmou que o texto do governo atual levaria "miséria" aos aposentados. Apesar das diferenças, analistas citam que a reforma previdenciária é inadiável e que qualquer um que seja eleito terá

## ANSEIO FISCAL

Seja mais dura ou mais moderada, a reforma da Previdência terá de ser feita em 2019. Com duas possibilidades de cenários, os candidatos terão de detalhar como as mudanças serão realizadas

### Pendência

O déficit previdenciário se arrasta ano a ano



## FMI reduz crescimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu as estimativas de crescimento para o Brasil em 2018 e 2019. Para este ano, projeta expansão de 1,4%



**Catastrofismo:** “Sem a reforma da Previdência, país vai virar um caos”

EC 95/2016: **Novo Regime Fiscal compromete o aumento da despesa previdenciária** – aumento de beneficiários + ganho real para o salário mínimo ultrapassam o limite permitido (despesa do ano anterior+inflação IPCA)

**Regra de Ouro** (art. 167, III, da CF): PLOA 2019 prevê dotação insuficiente para a despesa com benefícios da seguridade.

**RGPS: R\$ 201,7 bilhões não estão assegurados**

DESPESAS CONDICIONADAS À APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL				
R\$ milhões				
AÇÕES	AUTORIZADAS	CONDICIONADAS		TOTAL
		VALOR	% DO TOTAL	
Benefícios Previdenciários do Regime Geral de Previdência Social	436.146,60	201.705,30	31,6%	637.851,90
Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)	30.234,30	30.000,00	49,8%	60.234,30
Transferência de Renda Diretamente à Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza - Bolsa Família	15.035,70	15.000,00	49,9%	30.035,70
Subsídios e Subvenções Econômicas	9.678,20	9.000,00	48,2%	18.678,20
Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei 12.546, de 2011)	7.499,70	2.474,20	24,8%	9.973,90
Total	498.594,50	258.179,50	34,1%	756.774,00

Fonte: Apresentação do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre o Projeto de Lei Orçamentária 2019.



## ANSEIO FISCAL

Seja mais dura ou mais moderada, a reforma da Previdência terá de ser feita em 2019. Com duas possibilidades de cenários, os candidatos terão de detalhar como as mudanças serão realizadas

### Pendência

O déficit previdenciário se agrava ano a ano, resultando em rombo nas contas públicas e aumentando a dívida pública do Brasil. Economistas ressaltam que é preciso dar sustentabilidade ao Orçamento.

### Alarmante

O rombo no Regime Geral da Previdência foi de **R\$ 182 bilhões** em 2017, registrando alta de **21,5%** em comparação com 2016. Entre os servidores públicos, alcançou **R\$ 86 bilhões**, após avanço de **12%** em relação ao ano anterior. Os benefícios representam **56%** do Orçamento da União.

### Proposta dos presidenciáveis para a Previdência



Fernando Haddad (PT)

O candidato defende que é preciso fazer uma reforma da Previdência, mas sem prejudicar os trabalhadores mais pobres. Segundo Haddad, não é possível tratar igual quem é diferente. Ele não excluiu a possibilidade de implementar a idade mínima, desde que os mais vulneráveis fiquem de fora, já que a expectativa de vida dos brasileiros é diferenciada em relação à região e à renda. Mesmo assim, o plano de governo do candidato não expõe nenhuma intenção de mudar as regras previdenciárias. Nesta etapa da campanha em que precisará convencer o eleitorado de centro de que tem condições de equilibrar as contas públicas, enfrentará resistência de parte do partido.



Jair Bolsonaro (PSL)

A proposta preferida do mercado é a do candidato. Apesar de ainda não estar bem definida, a intenção é mudar o modelo de Previdência tradicional, por repartição, para o de capitalização. Quer implementar um sistema de contas individuais para cada contribuinte, como uma espécie de poupança. "Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas", revela o plano de governo. Pretende criar um fundo para reforçar o financiamento da Previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo. A proposta também estabelece a idade mínima e período de transição.

Fonte: Economistas, Ministério da Fazenda e planos de governo dos candidatos.



Considerada a “mãe de todas as reformas” e a capaz de retomar a confiança na economia do país, as mudanças nas regras previdenciárias não deverão ser esquecidas no segundo turno das eleições presidenciais. Pelo contrário, com a tendência de buscar apoio do centro, o candidato do PT, Fernando Haddad (PT), deve flertar com o discurso de que é preciso ajustar as contas públicas e diminuir privilégios.

Já Jair Bolsonaro (PSL) continuará sinalizando ao mercado que o seu assessor econômico Paulo Guedes fará as medidas necessárias para **zerar o déficit fiscal o mais rápido possível**. De acordo com levantamento feito pela Arko Advice, **qualquer um que for eleito terá condições de aprovar a reforma da Previdência no próximo ano**.

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/09/internas\\_economia\\_711116/seja-quem-for-presidente-eleito-nao-deve-escapar-da-reforma-da-previd.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/09/internas_economia_711116/seja-quem-for-presidente-eleito-nao-deve-escapar-da-reforma-da-previd.shtml)

Apesar da convergência de entendimento de que a reforma é necessária, as propostas são diferentes. Guedes pretende fazer uma mudança mais dura, que tenha efeitos mais rápidos nas contas públicas, diminuindo o rombo fiscal.

Haddad tem proposta mais moderada do que a do presidente Michel Temer. Dada a gravidade do deficit, a maior parte do mercado dá seu voto de confiança a Bolsonaro. Segundo economistas, o plano de governo petista traz retrocessos que poderiam colocar em xeque o cenário de inflação controlada e juros baixos.

Por isso, **Haddad deve reforçar que pretende reduzir as despesas públicas, mas com ênfase no combate aos privilégios.** (...). Nas propostas, a sigla defende que “reformas neoliberais” vão contra o interesse da classe trabalhadora e que o equilíbrio será feito com a retomada da criação de empregos e da ampliação da capacidade de arrecadação. Segundo analistas, se o candidato petista não demonstrar uma postura mais enfática na direção do ajuste fiscal, um eventual governo poderia intensificar a retirada de investimentos no Brasil.



BLOG

Mailson da Nóbrega

Blog do economista Mailson da Nóbrega: política, economia e história

Economia

## Temos um novo e excelente projeto de reforma da Previdência

A proposta, que incorporará o regime de capitalização, é sofisticada e pode revolucionar a Previdência Social e livrar o país da insolvência fiscal

Por Mailson da Nóbrega

8 out 2018, 20h02 - Publicado em 8 out 2018, 19h53



<https://veja.abril.com.br/blog/mailson-da-nobrega/temos-um-novo-e-excelente-projeto-de-reforma-da-previdencia/>

Está na praça um novo projeto de **reforma da Previdência**, muito melhor do que o que se encontra em tramitação na Câmara. Preparado pelo economista Paulo Tafner, do **Ipea**, e outros especialistas, o projeto aproveita ideias da proposta atual, **mas incorpora o regime de capitalização e uma transição do regime de repartição para o novo.**

No regime de repartição, os trabalhadores de hoje financiam a aposentadoria dos trabalhadores de ontem. **No regime de capitalização, cada segurado é titular de uma conta de poupança para sua aposentadoria, gerida individualmente.**

O Brasil já gasta com a Previdência 14% do PIB, nível semelhante ao de países ricos com maior participação de idosos. Isso se deve ao rápido envelhecimento da população e a regras generosas de aposentadorias, principalmente de servidores públicos. O sistema é iníquo. Os pobres se aposentam apenas aos 65 anos, pois não comprovam contribuições pelo período mínimo de 35 anos (ocupam postos de trabalho informais por longo tempo).

Por isso, **aposentadorias na faixa de 50 anos ou menos são privilégio dos mais ricos** (trabalham o tempo todo no setor formal). (...)

“A proposta cria uma **Nova Previdência para Todos**, a ser formalizada em 2020. Pode ser resumida em cinco pontos:

- (1) desconstitucionaliza a Previdência, permitindo que sua modernização seja feita por lei ordinária, como em todo o mundo;
- (2) corrige distorções existentes;
- (3) prepara a equalização das regras díspares atuais;
- (4) faz uma transição curta, porém palatável e justa; e
- (5) implanta um sistema que combina as virtudes dos dois regimes (repartição simples e capitalização), garante uma renda mínima para todos os idosos do país, mantém o regime de repartição com equilíbrio financeiro e atuarial e cria o regime de capitalização com possibilidade de uso do FGTS.”**

# A unificação de Regimes Previdenciários



- RPPS já tem idade mínima desde 1998
- Integralidade e paridade já foram substituídos por regime de cálculo com base na média dos salários
- Com a implementação do RPC (Funpresp) aproximação com RGPS já está concretizada para novos servidores
- Com implementação do RPPC, a unificação de regimes (RGPS e RPPS) é neutra para o servidor admitido **após 2013**
- Simplificação da previdência/uniformidade total de critérios
- Legitimação para a sociedade
- Problemas: segurança pública e militares
- Preservação do direito adquirido: implica em manter atual massa de aposentados e pensionistas em sua situação atual
- Custos de transição
  - No curto, médio e longo prazo, entes subnacionais perdem receitas
  - Migração total para RGPS: penaliza a União

## **Temas sensíveis:**

- Pensões no regime complementar: aplicação ou não das regra do RPP
- Acumulação de aposentadorias no caso de acumulação de cargos no SP
- Aposentadorias especiais

# Ninguém quer reforma da Previdência em 2018, diz coordenador de Bolsonaro

Para Onyx Lorenzoni (DEM-RS), 'a reforma que o Temer propôs é ruim, uma porcaria'



**Angela Boldrini**

**BRASÍLIA** O coordenador político da campanha de Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), afirmou nesta terça-feira (9) que o entorno do candidato não deve se movimentar, caso ele seja eleito, para a aprovação da reforma da [Previdência](#) ainda neste ano.

O presidente Michel Temer disse em setembro que entrará em contato com seu sucessor para tentar aprovar a reforma ainda durante seu governo. Se o sucessor for Bolsonaro, porém, o deputado afirma que o assunto só será discutido depois da posse, e não na transição.

9.out.2018 às 18h01

Atualizado: 9.out.2018 às 18h06



"Se ele ganhar a eleição no dia 28, que nós acreditamos que vai, nós vamos tratar desse assunto dia 1º de janeiro de 2019, nem um dia antes", disse, na Câmara.

Ele criticou ainda a reforma proposta durante o governo Temer, que não chegou a ser votada em plenário já que o capital político do emedebista foi desgastado com a votação de duas denúncias contra ele em 2017.

"O Jair não era a favor dessa reforma, eu não sou a favor dessa reforma, a maioria das pessoas que apoiam o Bolsonaro não são a favor da reforma que o Temer propôs porque ela é ruim, uma porcaria", disse.



ELEIÇÕES 2018

# À la Collor, Bolsonaro promete acabar com ‘marajás’

Candidato do PSL também critica reforma da Previdência proposta pelo governo Temer, mas diz que vai procurar presidente

JUSSARA SOARES  
jussara.soares@sp.oglobo.com.br

O candidato a presidente do PSL, Jair Bolsonaro, ressuscitou ontem o mote de Fernando Collor na campanha pela disputa pelo Planalto em 1989 e prometeu “acabar com a farra dos marajás”. A declaração do capitão do exército é sobre a sua proposta de eliminar a incorporação de salários de cargos comissionados para o funcionalismo público. Seria uma das medidas para uma reforma da Previdência a ser apresentada

em seu eventual governo:

— Tem muitos locais no Brasil em que o servidor público tem um salário X e tem um cargo em comissão. Depois de oito a dez anos, ele incorpora o salário. E depois de oito ou dez, ele incorpora de novo. Vamos acabar com essa farra de marajás.

Bolsonaro afirmou que, se eleito, vai procurar a equipe do governo Michel Temer responsável pela reforma da Previdência para apresentar a sua proposta. Seria, diz, “um grande passo”.

— Não podemos é passar para o ano que vem sem fazer a reforma da previdên-

cia — disse Bolsonaro, acrescentando que apresentará uma ideia com aceitação do Parlamento. — A proposta do Temer como está, se bem que ela mudou dia após dia, dificilmente será aprovada.

Mais cedo, o coordenador da campanha de Bolsonaro, deputado Onyx Lorenzoni, descartou apoio à votação, ainda em 2018, da reforma proposta por Temer, chamada por ele de “porcaria”:

— Se ele ganhar a eleição no dia 28, e nós acreditamos que ele vai ganhar, nós vamos tratar deste assunto no dia 1º de janeiro de 2019, nem um dia

antes. Daqui até o dia 28 (de outubro) não tem conversa nenhuma. Após o dia 28, começa a transição, aí não sei. Mas, no núcleo mais próximo do Jair, ninguém quer fazer nada em 2018.

????



# Renovação deixa Congresso mais fragmentado e à direita [COMENTE](#)



Fernanda Pugliero  
08/10/2018 | 16h11

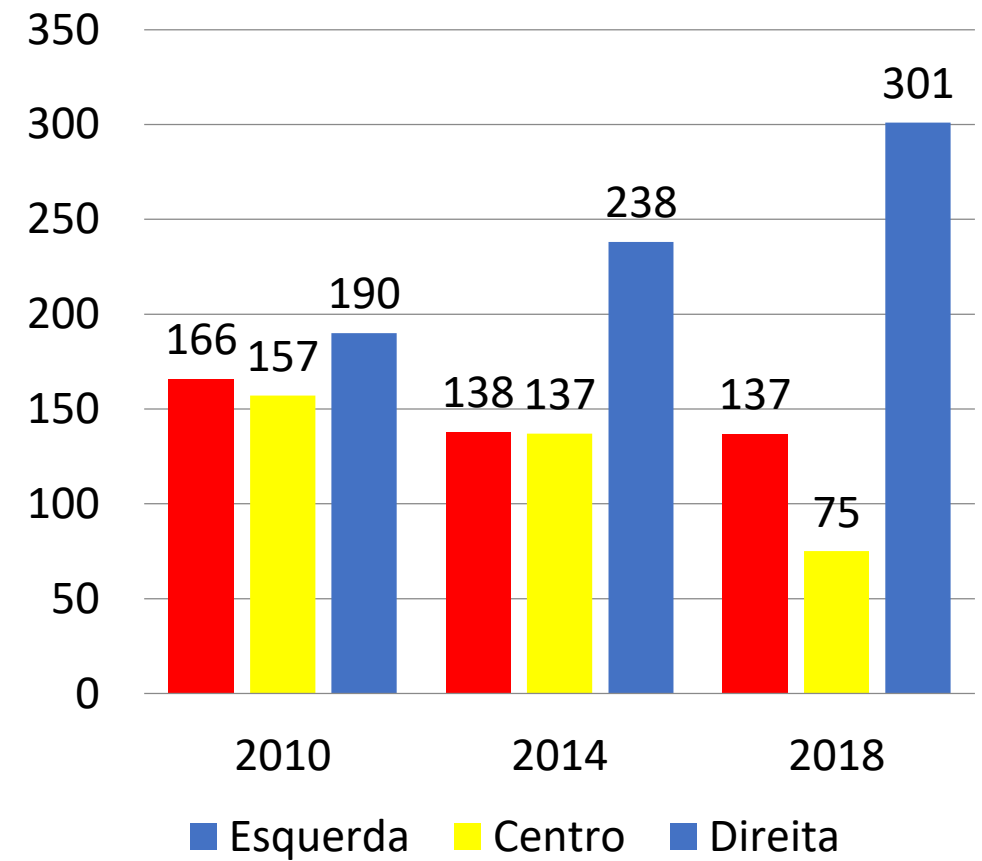


Tão pedida por muitos brasileiros, a renovação na Câmara e no Senado aconteceu, mas trouxe uma guinada ainda mais conservadora e pulverizou a correlação de partidos. O novo Congresso também é o mais conservador e fragmentado em décadas. A renovação trouxe uma guinada ainda mais à direita e pulverizou a Câmara. Dezenas de candidatos do até então nanico PSL, do presidenciável Jair Bolsonaro, tomaram o lugar de deputados de centro-direita do PSDB e MDB, alguns dos partidos que mais encolheram, criando uma verdadeira bancada de direita na Casa.

Outros partidos de perfil conservador, como o DEM e o PRB (sigla ligada à Igreja Universal) também estão entre os que aumentaram de maneira significativa suas bancadas. Apenas o PDT aparece como exceção entre os que mais cresceram.

Entre os deputados novatos estão representantes da bancada da bala, ativistas conservadores, membros de forças de segurança e pastores evangélicos. O número de policiais civis e militares eleitos chegou a 14. Em 2006, eram seis.

## Composição Ideológica da Câmara dos Deputados (eleições)

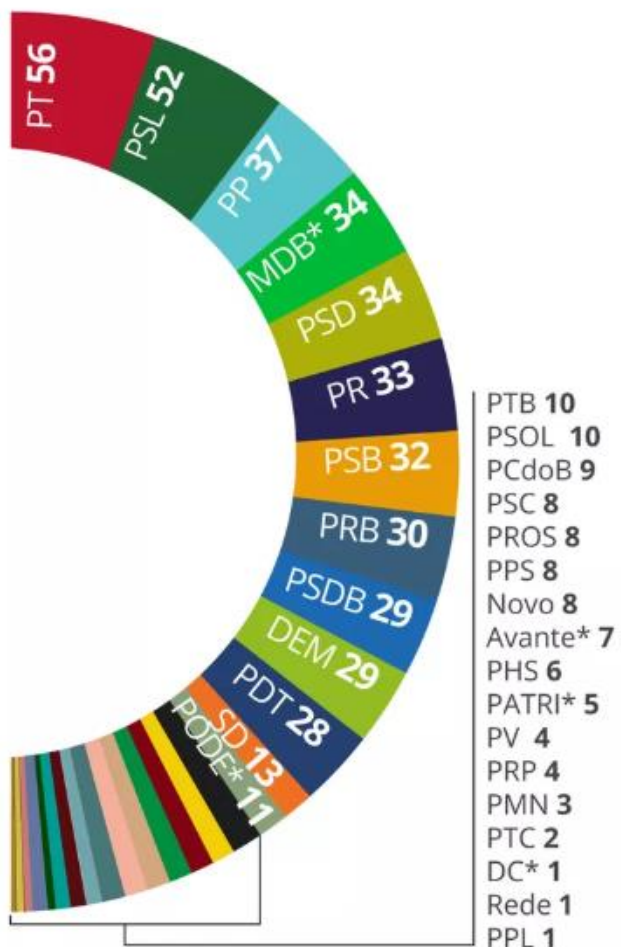




# Distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados

Composição de acordo com os resultados das eleições e a formação atual

## Eleição 2018

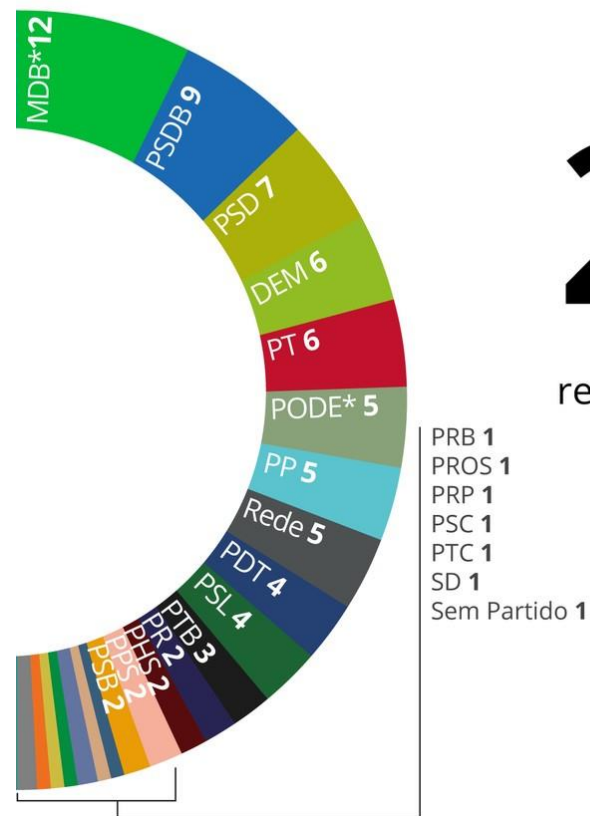


**30**  
partidos  
representados

# Composição do Senado Federal a partir de 2019

Distribuição de cadeiras considerando os senadores em exercício e o resultado de 2018 \*\*

## A partir de 2019

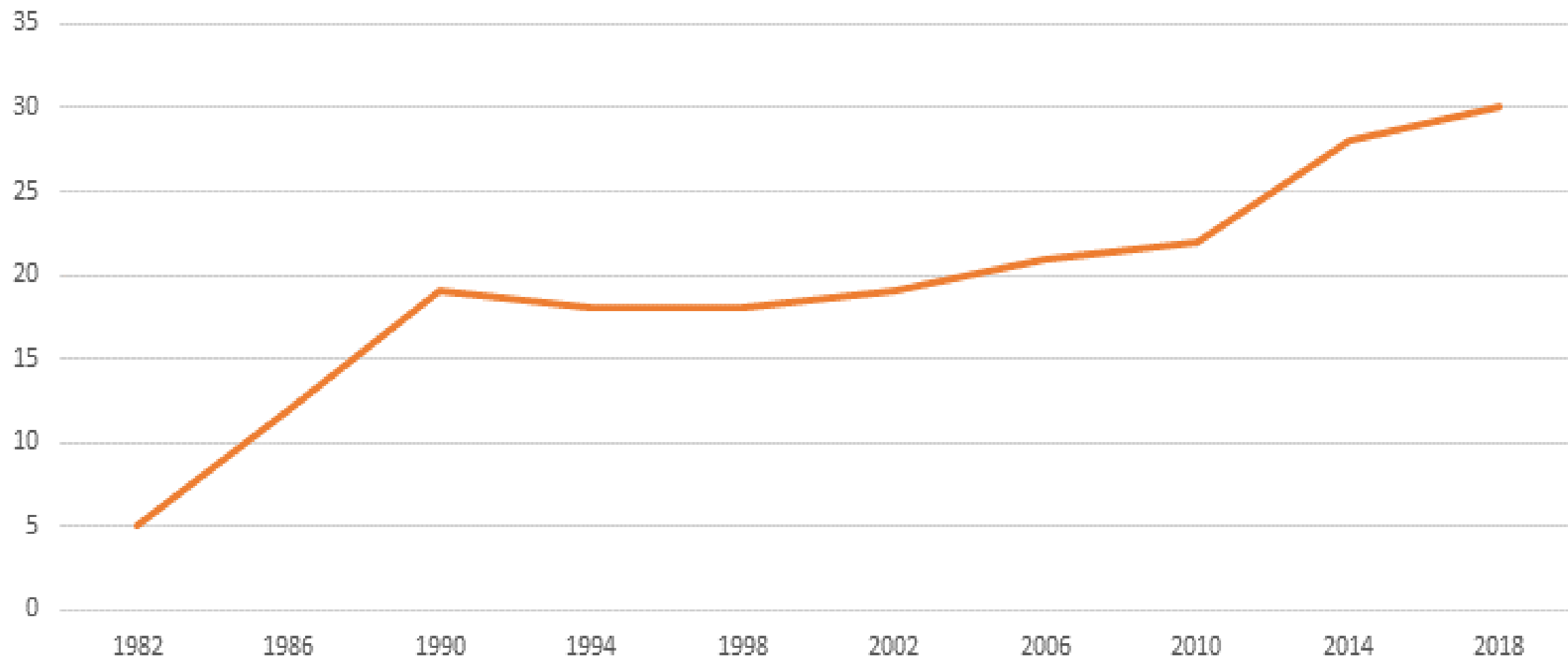


**21**  
partidos  
representados

\*PMDB virou MDB em maio de 2018. PTN virou PODE em maio de 2017.

\*\* O cálculo considera os partidos de Mailza Gomes (PSDB) e Luiz Carlos do Carmo (MDB), suplentes de Gladson Cameli e Ronaldo Caiado, respectivamente.

## Nº DE PARTIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Fonte: CONLEG/SF – Gilberto Guerzoni Filho

# Senado tem maior fragmentação da história e 21 partidos terão assento

Dilma, Requião, Marconi, Suplicy, Lobão, Jucá e Eunício foram derrotados



Rogério Gentile  
Thaiza Pauluze

**SÃO PAULO** A eleição de 2018 produziu a maior fragmentação partidária da história do Senado Federal, que abrigará 21 legendas a partir do ano que vem, bem como um grande "não" para [velhos conhecidos da política brasileira](#).

Foram derrotados, por exemplo, a ex-presidente da República [Dilma Rousseff \(PT\)](#), que [acabou apenas em quarto lugar](#) em Minas Gerais, e o atual presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB).

Embora tenha perdido sete parlamentares, o MDB continuará a ser o maior partido do Senado Federal, ocupando 12 cadeiras. Na sequência, ficaram o PSDB, com oito, o DEM (7) e o PSD (6).

O PSL de Bolsonaro, que não tinha nenhum parlamentar, ganhou 4 vagas, duas a menos que o PT. Entre os eleitos do PSL estão Flávio Bolsonaro, filho do capitão reformado, e o Major Olímpio, que obteve 8,8 milhões de votos e ficou em primeiro no estado de São Paulo.

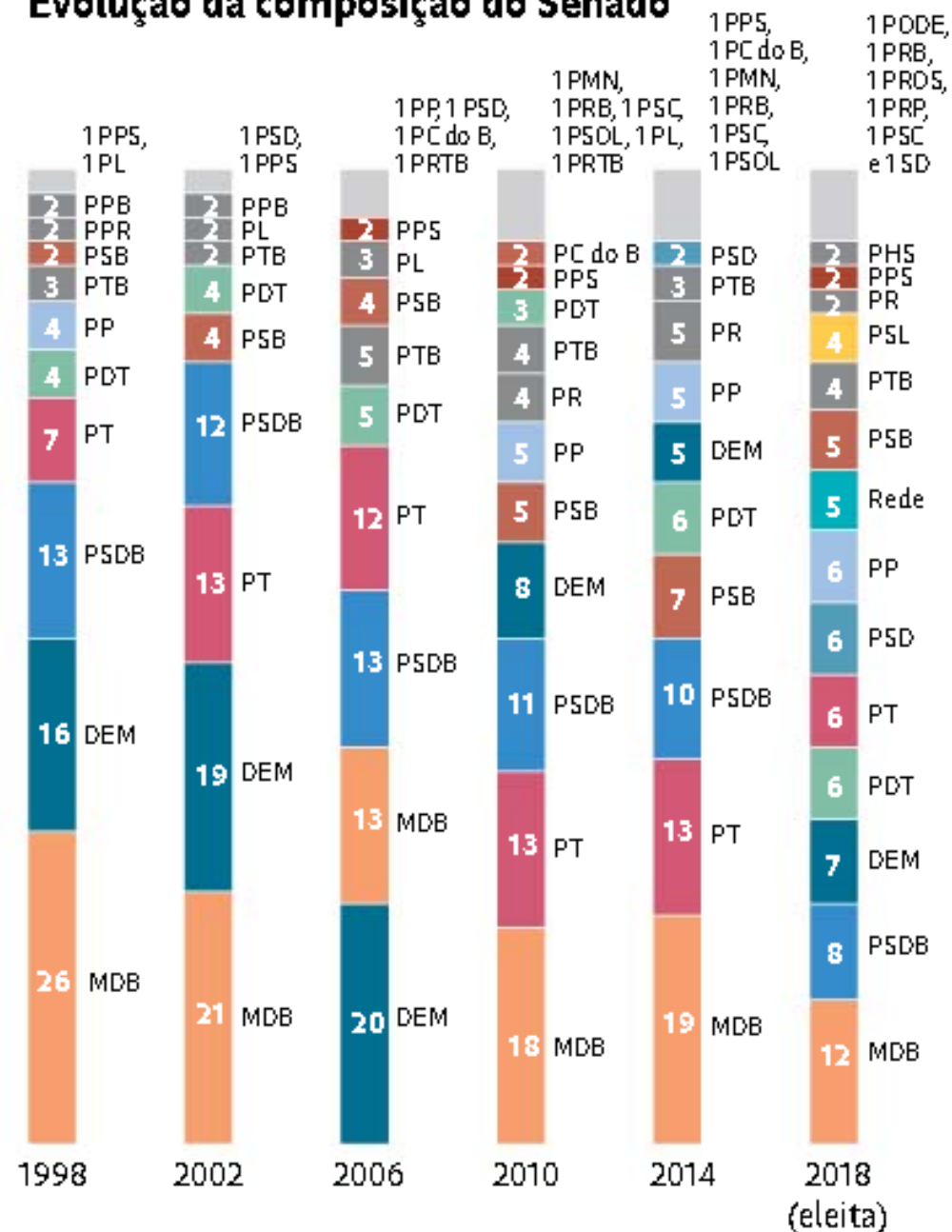
Entre os novos partidos que ganharam assento no Senado estão o PHS (2), o PRP (1) e o Solidariedade (1). A despeito do fraquíssimo desempenho da presidenciável Marina Silva nas urnas, a Rede terá 5 senadores.

O [Podemos](#), de [Álvaro Dias](#), terá o mesmo número, incluindo o próprio candidato, que ainda tem mandato por mais quatro anos na Casa.

A pulverização partidária costuma criar dificuldades para o governo, que precisa negociar com muitos interlocutores para conseguir formar maioria para aprovar seus projetos no Parlamento.

Para efeito de comparação, em 1995, quando [Fernando Henrique Cardoso \(PSDB\)](#) assumiu a Presidência da República, havia 10 partidos no Senado. Em 2003, ano em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomou posse no Palácio do Planalto, eram 9 as siglas no Legislativo.

## Evolução da composição do Senado



# Conclusão

- Regimes de capitalização são uma tendência internacional, para permitir a redução da despesa pública e maior controle dos gastos previdenciários
- Aumento dos requisitos para acesso a direitos tem gerado redução do alcance da previdência pública, aumento da exclusão e pobreza na velhice
- Modelos de reforma baseados em capitalização (nocional ou plena) não asseguram taxas de reposição adequadas
- Vinculação do benefício a períodos maiores de contribuição e postergação do gozo x aposentadorias antecipadas -->> **neutralidade atuarial x redução da taxa de reposição da renda**
- Regimes de capitalização aumentam a vulnerabilidade a flutuações do mercado, má gestão de recursos e altas taxas de administração
- Mulheres e trabalhadores com ingresso tardio ou carreiras instáveis têm maior dificuldade de acumulação em contas individuais

- Alto grau de informalidade/baixo grau de cobertura previdenciária: a raiz do problema
- Contribuições para RGPS e RPPS: elevadas em comparação com outros países. **Não há espaço financeiro para maiores alíquotas.**
- Renda média no Brasil é muito baixa – pouca margem para poupança extra
- Custos de transição para um modelo de capitalização implicam **renúncia de receita para a Seguridade Social, são proibitivos e incompatíveis com limites fiscais vigentes (EC 95)**
- Sistema financeiro é o maior interessado no regime de capitalização
- Novo perfil do Legislativo em 2019 facilitará tramitação e aprovação de “reformas” da Previdência.

# Que fazer?

- Questionar
- Esclarecer
- Debater
- Definir estratégia parlamentar
- Eleger alternativas
  - EC 95: Revogação como pre-condição para qualquer discussão
  - Idade mínima
  - Critérios de diferenciação (renda, ocupação, gênero, condição de deficiência, rural e urbano)
  - Preservação do direito adquirido
  - Caráter público e universal da previdência
  - Regra de transição
- Enfrentar...

# Obrigado!

[luiz.alb.santos@gmail.com](mailto:luiz.alb.santos@gmail.com)

[politicapublica.wordpress.com](http://politicapublica.wordpress.com)